

Tentativa de sobrefacturação divorcia Carlos Feijó e José Maria

Novo Jornal

22 de Julho de 2011

A TENTATIVA de extorsão de 25 milhões de dólares por supostos intermediários que se terão apresentado como estando alegadamente afectos ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, está na origem de mais um explosivo caso de corrupção que acaba de provocar o divórcio entre aquele alto governante e o governador de Luanda, José Maria dos Santos.

O caso, segundo apurou o Novo Jornal junto de uma fonte do Palácio da Cidade Alta, terá já chegado à mesa do Presidente que terá ordenado a intervenção da Procuradoria Geral da República para investigação, apuramento de responsabilidades e incriminação dos supostos intermediários. Tudo terá começado depois de Carlos Feijó ter solicitado, com carácter de urgência, o licenciamento de uma vasta área de terreno destinada a uma empresa detida por israelitas. O governador, de acordo com um funcionário do GPL, terá remetido, com a celeridade que o assunto impunha, o dossier ao gabinete jurídico para o respectivo parecer. Atribuída a licença eis quando, segundo fonte que conhece o caso, terão surgido supostos “assessores” particulares do Chefe da Casa Civil que junto dos proprietários da empresa

terão exigido o acréscimo de 25 milhões de dólares sobre o real valor do terreno. Inconformados com aquela surpreendente e descarada exigência, os detentores da empresa terão feito saber, junto do conselho de ministros, a inviabilidade do projecto face tão escandalosos encargos impostos margem da lei. Daí ao dossier chegar ao gabinete do Presidente foi um passo.

Indignado com mais este escândalo, Eduardo dos Santos há três semanas recebeu o governador de Luanda e dado momento solicitou a Carlos Feijó que os deixasse a sós. Depois de José Maria dos Santos ter descartado qualquer envolvimento pessoal no caso, o chefe do governo ouviu também o chefe da Casa Civil que deu a sua versão dos acontecimentos.

A verdade, porém, é que o Presidente revelando-se pouco convincente em relação aos argumentos avançados tanto por um como por outro, terá mesmo acabado por decidir remeter o assunto à Procuradoria Geral da República para destapar o rosto dos autores desta vergonhosa tentativa de extorsão de dinheiro, que terão feito uso abusivo do nome do chefe da Casa Civil.